
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
DUAL_HU-4444
Signed By: DANIEL NAVES MARTELETTO 0000097000
CPF: 0000072900
Signing Time: 28 August 2024 | 17:09 BRT
© ICP-Brasil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
Issuer: AC CertSign RFB 05
ICP-Brasil

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2024, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Além disso, em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo.

Em 30 de junho de 2024, os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 1.425,7 milhões, crescimento de 53,8% em relação a 31 de dezembro de 2023. Os destaques foram para o valor presente das operações de crédito que atingiram R\$ 914,9 milhão neste semestre, um crescimento de 53,2% em relação ao exercício anterior. Em contrapartida, as operações de arrendamento mercantil, com valor presente de R\$ 150,7 milhões, apresentaram redução de 7,5%, na mesma base de comparação. Outros destaques foram as Disponibilidades que atingiram R\$ 38,3 milhões, dos quais R\$ 30,0 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 99,8 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), R\$ 48,1 milhões em Créditos Tributários e demais ativos que totalizaram R\$ 9,6 milhões.

A captação de recursos destinados às operações de crédito e arrendamento mercantil totalizavam R\$ 1.096,5 bilhão, um crescimento de 60,4% frente à 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 1.044,9 bilhão através de Depósitos a Prazo, com crescimento de 63,3% e R\$ 42,9 milhões em depósitos financeiros, enquanto que as Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), cujo montante foi R\$ 2,6 milhões, apresentaram redução de 93,2% no mesmo período de comparação.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 258,8 milhões em 30 de junho de 2024, com índice de Basileia de 21,2% (31 de dezembro de 2023 – 17,5%).

O resultado do semestre contábil foi de R\$ 5,1 milhões.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no semestre, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

A DIRETORIA



BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023	PASSIVO	Nota	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
Disponibilidades	4	38.256	26.161	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.096.494	683.779
Títulos e Valores Mobiliários	5a	99.816	85.153	- Depósitos Interfinanceiros	10a	42.891	-
Títulos e Valores Mobiliários		99.816	85.153	- Depósitos a Prazo	10b	1.044.925	639.887
Operações de Crédito	6a	914.880	597.240	- Outros Depósitos	10c	6.114	6.116
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	(24.411)	(15.615)	- Letras de Arrendamento Mercantil	10d e e	2.564	37.776
- Operações de Crédito		(24.411)	(15.615)	Obrigações Fiscais Diferidas	20b	32.922	35.569
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	150.740	163.036	Outros Passivos	12	37.531	36.334
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	(3.800)	(3.705)	Patrimônio Líquido		258.789	171.221
- Operações de Arrendamento Mercantil		(3.800)	(3.705)	Capital Social	13a	250.000	165.000
Créditos Tributários	20b	48.086	43.566	Reservas de Lucros	13b	8.789	6.221
Títulos e Créditos a Receber		162.704	-				
Outros Créditos	6c	164.335	-				
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	(1.631)	-				
- Operações de Outros Crédito		(1.631)	-				
Outros Ativos	7	31.064	24.831				
Imobilizado de uso	8	334	302				
Depreciações Acumuladas	8	(177)	(158)				
Intangível	9	10.765	7.868				
Amortizações Acumuladas	9	(2.521)	(1.776)				
TOTAL DO ATIVO		1.425.736	926.903	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.425.736	926.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	30 de junho de 2024	30 de junho de 2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		139.392	120.630
Rendas de operações de créditos		76.221	32.914
Operações de arrendamento mercantil	6j	57.315	81.299
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	5.856	6.417
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(83.190)	(90.122)
Operações de captação no mercado	10	(42.772)	(30.047)
Operações de arrendamento mercantil	6j	(40.418)	(60.075)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		56.202	30.508
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(15.935)	(11.716)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	6g	(15.935)	(11.716)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(28.671)	(22.869)
Receitas de prestação de serviços	14	6.001	2.875
Despesas de pessoal	15	(9.666)	(7.881)
Outras despesas administrativas	16	(23.550)	(15.827)
Despesas tributárias	17	(4.273)	(3.092)
Outras receitas operacionais	18	5.667	3.443
Outras despesas operacionais	19	(2.850)	(2.387)
RESULTADO OPERACIONAL		11.596	(4.077)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(1.748)	(1.196)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		9.848	(5.273)
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(4.780)	(2.461)
Imposto de renda e Contribuição social	20a	(2.080)	(2.461)
Participação sobre o resultado		(2.700)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO		5.068	(7.734)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$		0,02	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.		
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE		
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)		
	30 de junho de 2024	30 de junho de 2023
Lucro (Prejuízo) do Período	5.068	(7.734)
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Lucro (Prejuízo) do Período	5.068	(7.734)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	110.000	762	7.886	-	118.648
Prejuízo do período	-	-	-	(7.734)	(7.734)
Absorção de Reserva	-	-	(7.734)	7.734	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	110.000	762	152	-	110.914
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	165.000	857	5.364	-	171.221
Lucro Líquido	-	-	-	5.068	5.068
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central 28/05/2024	85.000	-	-	-	85.000
Destinação					
Reservas	-	253	2.315	(2.568)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.500)	(2.500)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	250.000	1.110	7.679	-	258.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Em milhares de reais -R\$)

	Nota	30 de junho de 2024	30 de junho de 2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro		9.848	(5.273)
Ajustes ao Resultado		101.075	100.910
Depreciações amortização de bens arrendados, Líquido da superveniência	6k	41.587	58.621
Amortizações	19	763	533
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		18	(7)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	15.935	11.716
Despesas de operações de captação no mercado	10	42.772	30.047
Variações de Ativos e Obrigações		(141.994)	(78.575)
Variação em títulos e valores mobiliários		(14.681)	(3.547)
Variação de operações de crédito		(322.077)	(149.249)
Variação em operações de arrendamento mercantil		(13.961)	16.050
Variação de outras obrigações		(27.506)	(32.426)
Variação em depósitos		406.799	102.858
Variação em outros créditos		(157.237)	(5.893)
Variação em outros valores e bens		(3.722)	(2.169)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(9.609)	(4.199)
Caixa Líquido (Usado) Proveniente Nas Atividades Operacionais		(31.071)	17.062
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(2.929)	(2.793)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(2.929)	(2.793)
Aumento de Capital Social		85.000	-
Juros sobre o capital próprio		(2.500)	-
Resgate de recursos de emissão de títulos		(36.405)	(27.218)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		46.095	(27.218)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		12.095	(12.949)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		26.161	40.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	38.256	27.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado e está autorizado a operar como banco múltiplo que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Com sede na rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, Itaim bibi – São Paulo.

Atualmente o Banco Brasileiro S.A. é controlado pela BBC Holding Financeira Ltda detentora de 100% do capital social.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de agosto de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), advindas da Resolução CMN nº 4818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09. Seguindo as referidas normas, em especial a Resolução no. 4818/20, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 22 g).

b) Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Brasileiro de crédito S.A.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Instrumentos Financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificados nesta categoria.

e) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil

As operações de crédito são registradas a valor presente calculado “pro-rata-dia” com base na taxa de juros contratual, até 59 dias de atraso (nota 6a)

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b)

Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b);

De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b).

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil

A provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, das operações de crédito e de arrendamento mercantil é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas.

A provisão para perdas esperadas é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito.

g) Imobilizado de uso e de arrendamento

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

ii) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%.

Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6b, 6i e 6j).

iii) Perdas em arrendamento

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b).

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

i) Outros Ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício.

Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência.

Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros,

Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário.

A composição dos outros ativos encontra-se na (nota 7).



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões nas alíquotas base de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e para a contribuição social à alíquota de 20% previstas na legislação fiscal.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i) Depósitos interfinanceiros e a prazo

São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

ii) Outros depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos.

iii) Letras de Arrendamento Mercantil

Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

i - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo.

Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

n) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “*pro rata*” dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base “*pro rata*” dia.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

o) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos semestres futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos semestres futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	8.250	6.151
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30.006	20.010
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (a) (b) (c)	30.006	20.010
Total de caixa e equivalentes de caixa	38.256	26.161

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Financeiras do Tesouro – LFT; e

(b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI;

(c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Carteira própria	99.816	85.153
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	92.277	70.657
Depósito voluntário Banco Central (b)	7.539	14.496
Total	99.816	85.153

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2028, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic;

(b) Depósitos voluntários junto ao BACEN, remuneradas a uma taxa 100% Selic;

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Valor de custo	92.312	70.674
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(35)	(17)
Valor Contábil	92.277	70.657

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”).

c) Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Líquidas e Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	1.133	2.863
Rendas de títulos de renda fixa	4.723	3.554
Total	5.856	6.417

(1) Vide nota 4.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de financiamento

	30/06/2024	31/12/2023
Financiamento de veículos	909.489	595.915
Capital de Giro	5.391	1.325
Valor presente das operações de crédito	914.880	597.240

b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	30/06/2024	31/12/2023
Arrendamentos a receber – setor privado	165.453	189.876
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(161.520)	(186.202)
Imobilizado de arrendamento (nota 6i)	323.048	356.563
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(91.653)	(95.555)
- Depreciações acumuladas (nota 6i)	(223.144)	(237.664)
- Superveniência de depreciação (nota 6i)	131.491	142.109
(-) Valor residual garantido antecipado	(86.386)	(102.691)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6i)	1.798	1.045
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	150.740	163.036

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.

c) Títulos e créditos a Receber

No dia 25 de junho de 2024 firmado entre as partes o contrato de Cessão de transferência de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 164.335, no semestre o resultado destas operações no montante de R\$ 249, com os seguintes vencimentos:

	30/06/2024
A vencer até 60 dias	30.481
A vencer de 61 a 90 dias	29.820
A vencer de 91 a 180 dias	94,528
A vencer de 181 a 360 dias	4.579
A vencer acima de 360 dias	4.927
Total	164.335

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão requerido	Operações em curso anormal		Operações de cursos Normal	Total	Total em 30/06/2024		Total em 31/12/2023	
		Vencidas	Vincendas			%	%		
AA.....	-	-	-	388	388	388	1,3	443	2
A.....	0,5	18	-	3.110	3.128	3.128	10,5	2.036	10,5
B.....	1,0	18	234	2.735	2.987	2.987	10,0	1.006	5,2
C.....	3,0	110	1.429	1.485	3.024	3.024	10,1	1.414	7,3
Subtotal.....		146	1.663	7.718	9.527	9.527	31,9	4.899	25,5
D.....	10,0	248	2.150	6	2.404	2.404	8,1	923	4,8
E.....	30,0	244	1.606	17	1.867	1.867	6,3	1.437	7,4
F.....	50,0	316	1.764	74	2.154	2.154	7,2	1.403	7,3
G.....	70,0	278	1.113	1.641	3.032	3.032	10,2	1.969	10,2
H.....	100,0	3.175	7.667	16	10.858	10.858	36,4	8.689	44,9
Subtotal.....		4.261	14.300	1.754	20.315	20.315	68,1	14.421	74,5
Total Geral em 30/06/2024		4.407	15.963	9.471	29.842	29.842	100,0	19.320	100,0
%.....		14,8	53,5	31,7	100,0	100,0			
Total Geral em 31/12/2023		3.132	9.502	6.685	19.320	19.320	100,0		
%.....		16,2	49,2	34,6	100,0	100,0			



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Nível de Risco	Saldo da carteira					%
	Curso anormal			Curso normal		
	Total curso			Curso normal	Total	
	Vencidas	Vincendas	anormal			
AA.....	-	-	-	155.163	155.163	12,6
A.....	3.570	-	3.570	622.007	625.577	50,9
B.....	1.715	23.402	25.117	273.548	298.665	24,3
C.....	3.675	47.622	51.297	49.491	100.788	8,2
Subtotal.....	8.960	71.024	79.984	1.100.209	1.180.193	96,0
D.....	2.480	21.502	23.982	57	24.039	2,0
E.....	815	5.353	6.168	56	6.224	0,5
F.....	632	3.528	4.160	148	4.308	0,3
G.....	397	1.590	1.987	2.346	4.333	0,3
H.....	3.175	7.667	10.842	16	10.858	0,9
Subtotal.....	7.499	39.640	47.139	2.623	49.762	4,0
Total Geral em 30/06/2024	16.459	110.664	127.123	1.102.832	1.229.955	100,0
%.....	1,3	9,0	10,3	89,7	100,0	
Total Geral em 31/12/2023	8.149	59.464	67.613	692.663	760.276	100,0
%.....	1,1	7,8	8,9	91,1	100,0	

e) Composição da carteira por prazo

	30/06/2024	31/12/2023
Vencidos há mais de 14 dias	10.188	6.161
A vencer até 60 dias	116.525	60.317
A vencer de 61 a 90 dias	66.623	28.147
A vencer de 91 a 360 dias	410.964	229.097
A vencer acima de 360 dias	625.655	436.554
Total	1.229.955	760.276

f) Composição da carteira por setor econômico:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	690.164	46,1	432.098	56,8
Serviços	391.033	31,8	396.340	52,1
Transportes terrestres	122.328	9,9	226.906	29,8
Alugueis não imobiliários	52.902	4,3	93.963	12,4
Serviços da construção	22.765	1,9	36.347	4,8
Armazenamento e atividades auxiliares	-	-	39	0,0
Demais serviços	193.038	15,7	39.085	5,1
Indústria	268.384	21,8	11.679	1,5
Fabricação de produtos alimentícios	1.312	0,1	4.388	0,6



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Fabricação de produtos de metal	1.022	0,1	1.107	0,1
Fabricação de prod. De borrachas e de mat. Plásticos	443	-	284	-
Fabricação de móveis	366	-	410	0,1
Extração de minerais não-metálicos	-	-	1.556	0,2
Demais Indústria	265.241	21,6	3.934	0,5
Comércio	20.820	1,7	22.435	3,0
Comércio atacadista	4.504	0,4	9.814	1,3
Comércio varejista	15.370	1,2	12.314	1,6
Comércio de veículos	946	0,1	307	0,1
Outros	9.927	0,8	1.644	0,2
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	9.927	0,8	1.644	0,2
Pessoa física	539.791	43,9	328.178	43,2
Total	1.229.955	100,0	760.276	100,0

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	19.320	16.813
Constituição da provisão	15.935	16.307
Baixa para prejuízo	(5.413)	(13.800)
Saldo no final do período	29.842	19.320

h) Recuperação e renegociação de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2024, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 3.509 (30 de junho de 2023 - R\$ 2.643), No semestre foram renegociadas 52 operações no montante de R\$ 9.852 com prorrogação de 90 dias. No semestre de 2023 13 operações no montante de R\$ 8.901.

i) Imobilizado de arrendamento

	30/06/2024	31/12/2023
Veículos e Afins	307.844	338.331
Máquinas e Equipamentos	15.204	18.232
Depreciação Acumulada	(223.144)	(237.664)
Superveniência de Depreciação	131.491	142.109
Perdas em Arrendamento	1.798	1.045
Total do imobilizado de arrendamento	233.193	262.053



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

J) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas		
Rendas de arrendamento mercantil	58.484	79.845
(Insuficiência)/ Superveniência de depreciação	(1.169)	1.454
Total da receita	57.315	81.299
Despesas		
Depreciação de bens arrendados	(40.418)	(60.075)
Total da despesa	(40.418)	(60.075)
Total	16.897	21.224

k) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	262.053	355.775
Entradas	33.796	78.848
Baixas	(21.069)	(65.950)
Depreciação no período (nota 6j)	(40.418)	(107.729)
Superveniência de Depreciação no período (nota 6j)	(1.169)	1.109
Saldo no final do período	233.193	262.053

7) OUTROS ATIVOS

	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar	10.560	10.461
Devedores diversos	6.497	5.164
Outros valores e bens	12.717	8.995
Valores a Receber	1.051	-
Outros	239	211
Total	31.064	24.831

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	115	(47)	68
Equipamentos de processamento de dados	20%	219	(130)	89
Total em 30/06/2024		334	(177)	157
Total em 31/12/2023		302	(158)	144



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

9) INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	10.765	(2.521)	8.244
Total em 30/06/2024		10.765	(2.521)	8.244
Total em 31/12/2023		7.868	(1.776)	6.092

10) DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos Interfinanceiros

Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
01 a 30 dias	7.640	-
31 a 180 dias	9.631	-
181 a 360 dias	25.621	-
Subtotal	42.891	-

As despesas com captação de depósitos interfinanceiros – CDI, no semestre findo em 30 de junho de 2024 montou a R\$ 1.991 (30 de junho de 2023 - R\$ 1.145).

b) Depósitos a prazo

Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
01 a 30 dias	61.986	76.627
31 a 180 dias	500.621	161.327
181 a 360 dias	279.064	229.024
Acima de 360 dias	203.254	172.909
Subtotal	1.044.925	639.887

As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no semestre findo em 30 de junho de 2024 montou a R\$ 39.589 (30 de junho de 2023 - R\$ 24.566).

c) Outros depósitos

Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	30/06/2024	31/12/2023
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.114	6.116
Total	6.114	6.116



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
01 a 30 dias	273	3.919
31 a 180 dias	1.118	16.795
181 a 360 dias	925	15.877
Acima de 360 dias	247	906
Subtotal	2.564	37.497

e) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Res. BACEN 2921/2002)

Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
31 a 180 dias	-	279
181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	-
Subtotal	-	279
Total	2.564	37.776

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos semestres findo em 30 de junho de 2024 montou a R\$ 1.192 (30 de junho de 2023 – R\$ 4.104).

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

Operações ativas vinculadas	Em 30 de junho			
	2024	2023	2024	2023
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações de arrendamento mercantil	-	1.625	380	408
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	-	(560)	(34)	(34)
Resultado Líquido das operações Vinculadas	-	1.065	346	374

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia.
- **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. No semestre foram provisionados referente a processos cíveis no montante de R\$ 52 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 39). Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como “ré”. As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, e que conforme nossos assessores jurídicos no mês de junho de 2024 não existe, e em 31 de dezembro de 2023 o montante era de R\$ (1.533), no 1º semestre de 2024, houve intimação tributário onde os assessores jurídicos classificaram como perda possível no montante de R\$ (1.056).

12) OUTROS PASSIVOS

	30/06/2024	31/12/2023
Juros sobre capital próprio	5.800	3.675
Fiscais e previdenciárias	12.784	10.745
Provisão para pagamento a efetuar	5.210	7.174
Credores diversos	10.730	12.109
Outros	3.007	2.631
Total	37.531	36.334

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2024 no montante de R\$ 250.000 em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 165.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	30/06/2024	31/12/2023
Reserva Legal (1)	1.110	857
Reservas estatutárias (2)	7.679	5.364
Reservas de lucros	8.789	6.221

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado. Estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado, no semestre de 2024 não foram provisionados dividendos,

c) Juros sobre o capital próprio

Em reunião da Diretoria de 28 de março de 2024 e 31 de maio de 2024, foram aprovadas as propostas para pagamento aos acionistas de juros sobre capital relativos ao exercício de 2024, respectivamente no montante de R\$ 1.200 e R\$ 1.300, para pagamento em 2025.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de operações de crédito	4.518	1.677
Rendas de tarifas cadastro credito e arrendamento	630	791
Rendas de comissão de seguros	853	371
Rendas de cartão pré-pagos (1)	-	36
Total	6.001	2.875

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2024	30/06/2023
Proventos	6.512	5.258
Encargos sociais	2.184	1.727
Benefícios	965	878
Treinamento	5	18
Total	9.666	7.881

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2024	30/06/2023
Serviços do sistema financeiro	158	188
Serviços de terceiros	14.979	5.327
Honorários da diretoria (21b)	1.648	1.847
Provisão de remuneração variável	-	2.474
Serviços técnicos especializados	1.059	874
Processamento de dados	3.344	2.782
Despesas com cobrança contratos	611	684
Despesas com reembolso partes relacionadas	805	781
Comunicações	60	86
Aluguéis	528	496
Publicações	49	12
Outras	309	276
Total	23.550	15.827

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2024	30/06/2023
Cofins	2.717	1.488
Pis	442	242
ISS	1.114	1.362
Total	4.273	3.092



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação de prejuízo	3.509	2.643
Outras rendas operacionais	774	800
Reversão de provisão	1.384	-
Total	5.667	3.443

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2024	30/06/2023
Associação de Classe	69	76
Desconto concedido	743	314
Despesas com Bens recuperados	1.224	814
Despesas com provisão trabalhistas	-	158
Despesas com provisão cíveis	13	120
Depreciação e amortização (1)	763	533
Despesas com viagem	13	17
Despesas com perdas financiamento	-	338
Outras	25	17
Total	2.850	2.387

(1) Bens Intangíveis

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	9.848	(5.273)
▪ Alíquota vigente (nota 3j)	45%	45%
▪ Imposto de renda e Contribuição apurada/ Expectativa de crédito	(4.432)	2.373
▪ Juros Sobre o Capital Próprio	1.125	-
▪ Outros efeitos do IRPJ e da CSLL	1.227	(4.834)
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	(2.080)	(2.461)

- b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2023	Constituição	Realização/ Baixa	30/06/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.862	7.171	(1.298)	23.735
Provisão Processos Trabalhistas	27	7	-	34
Outras Adições	1.446	916	-	2.362



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2023	Constituição	Realização/ Baixa	30/06/2024
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	19.335	8.094	(1.298)	26.131
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	24.231	-	(2.276)	21.955
Total Crédito tributário	43.566	8.094	(3.574)	48.086
Obrigações fiscais diferidas (1)	(35.527)		2.654	(32.873)
Obrigações diferidas de MTM	(42)	(41)	34	(49)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	7.997	8.053	(886)	15.164

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

(2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 21.955 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 24.231), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.

- c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		Total 30/06/2024
	Imposto de Renda	Contribuição social	
▪ 2024	1.281	1.025	2.306
▪ 2025	3.505	2.805	6.310
▪ 2026	8.700	6.960	15.660
▪ 2027	1.012	809	1.821
▪ 2028	19	15	34
Total dos créditos tributários (2)	14.517	11.614	26.131

Em 30 de junho de 2024, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R\$ 20.587 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 15.653).

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

	Semestres findos em 30 de junho			
	2024	2023	2024	2023
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Comissões a Pagar				
Movida Locação de Veículos S.A.	(820)	(466)	(5.445)	(3.003)
Ponto Veículos LTDA	(9)	(45)	(172)	(103)
Original Veículos LTDA	(165)	(153)	(1.475)	(431)
Transrio Caminhões Ônibus LTDA	(274)	(190)	(384)	(269)
CS Brasil Transp. Pass. Serv. Amb.	(11)	(6)	(5)	(4)
Vamos Locação de Caminhões Máq. Komatsu	(486)	(93)	(622)	(303)
		-		-
Antecipações para Reembolso de Crédito				
• JSL S/A e Controladas	-	(91)	-	-
Valores a Pagar				
• JSL S/A e Controladas	(336)	(62)	-	(589)
Receita de Prestação de Serviços				
• JSL S/A e Controladas	-	-	-	18
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A e Controladas	(220)	(220)	(900)	(766)
Valores a Receber				
• Vamos Locação de Caminhões Máq.	491	-	-	-
• BBC Holding Financeira Ltda		-	-	-
• BBC Pagamentos Ltda	543	-	-	-
• Outras Controladas	17	-	-	-
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda	(2.564)	(5.411)	(170)	(337)
• SIMPAR S.A.	-	(3.318)	(21)	(427)
• Mogi Passes LTDA.	-	(50.719)	(1,004)	(2.951)
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	-	(7.597)	-	(344)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução Bacen 2921/2002).	-	(560)	-	(34)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No semestre findo em 30 de junho de 2024 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 1.648 (30 de junho de 2023 - R\$ 1.847).



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia.

A Resolução Bacen nº 4.557/17, dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos e a estrutura de Gerenciamento de Capital, que devem adotar as instituições de forma contínua e de acordo com a compatibilidade do modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos desenvolvidos.

O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gerenciamentos e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento e busca das melhores práticas. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos.

Os processos de gerenciamento de riscos permeiam toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis pela autoridade monetária no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos, que estão também associados à Gestão e Continuidade dos negócios da Companhia. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Em relação ao Gerenciamento de Capital, destacamos que o Índice de Basileia faz parte dos indicadores que são avaliados nesse processo de Gerenciamento, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular CMN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobbcdigital.com.br> Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos.

b) Gerenciamento de Risco de Crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos.

Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento.

No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência, além da avaliação do impacto na contratação das operações de crédito no Risco Social, ambiental e climático, relacionado às operações analisadas na Companhia.

c) Gerenciamento de Risco de Mercado e do IRRBB

Define-se como Risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais.

A Companhia adota e monitora a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações.

A Análise de Sensibilidade efetuada pela Companhia, é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado da Companhia diante de eventuais cenários.

Abaixo, demonstramos o impacto nas posições da Companhia para 30/06/2024 e 31/12/2023, sendo aplicado 3 cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade – Carteira Bancária

Carteira com taxa de juros em reais		30 de junho de 2024				31 de dezembro de 2023				R\$ mil
		Cenário 1 +0,25%	Cenário 2 +0,50%	Cenário 3 +0,75%	Cenário 4 +1,00%	Cenário 1 +0,25%	Cenário 2 +0,50%	Cenário 3 +0,75%	Cenário 4 +1,00%	
Ativo	Operações de Crédito e Leasing Financeiro	(4.490)	(8.947)	(13.730)	(17.761)	(3.061)	(6.100)	(9.115)	(12.107)	
	Total do Ativo	(4.490)	(8.947)	(13.730)	(17.761)	(3.061)	(6.100)	(9.115)	(12.107)	
Passivo	Letras de Arrendamento Mercantil	2	5	8	10	61	121	182	242	
	Depósitos à Prazo	1.409	2811	4.207	5595	1.072	2.138	3.199	4.255	
	Total do Passivo	1.411	2.816	4.215	5.605	1.133	2.259	3.381	4.497	
Total:		(3.079)	(6.131)	(9.515)	(12.156)	(1.928)	(3.841)	(5.734)	(7.610)	

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas.

d) Gerenciamento do Risco Operacional

Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

As perdas operacionais devem ter seus valores identificáveis associados aos eventos de cada risco operacional.

A estrutura estabelecida para o Gerenciamento de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

e) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gerenciamento de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

f) Gerenciamento de Capital

Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital da Companhia, para adequar ao volume das operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes:

- Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado;
- Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento;
- Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;
- Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Diretoria de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e
- O Índice de Basileia apurado em junho de 2024 foi de 21,2% (31 de dezembro de 2023 – 17,5%), demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de crédito Direto ao Consumidor e Arrendamento Mercantil, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	38.256	-	-	-	-	38.256
Títulos e Valores Mobiliários	99.816	-	-	-	-	99.816
Títulos e Valores Mobiliários	99.816	-	-	-	-	99.816
Operações de créditos	33.591	158.647	167.048	555.594	-	914.880
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.227)	(4.108)	(4.457)	(14.619)	-	(24.411)
- Operações de Créditos	(1.227)	(4.108)	(4.457)	(14.619)	-	(24.411)
Operações de Arrendamento Mercantil	10.023	32.985	32.412	75.320	-	150.740
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(253)	(832)	(817)	(1.898)	-	(3.800)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(253)	(832)	(817)	(1.898)	-	(3.800)
Créditos Tributários	640	4.146	6.432	36.868	-	48.086
Títulos e Créditos a Receber	-	153.291	4.534	4.879	-	162.704
Outros Créditos	-	154.828	4.579	4.928	-	164.335
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	(1.537)	(45)	(49)	-	(1.631)
- Outros créditos	-	(1.537)	(45)	(49)	-	(1.631)
Imobilizado de uso	-	-	-	-	157	157
Intangível	-	-	-	-	8.244	8.244
Outros Ativos	1.291	10.559	19.214	-	-	31.064
Total em 30 de junho de 2024	182.137	354.688	224.366	656.144	-	1.425.736
Total em 31 de dezembro de 2023	155.592	148.227	152.204	464.644	-	926.903
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	76.013	511.370	305.609	203.502	-	1.096.494
- Depósitos Interfinanceiros	7.640	9.631	25.620	-	-	42.891
- Depósitos a Prazo	61.986	500.621	279.064	203.254	-	1.044.925
- Outros Depósitos	6.114	-	-	-	-	6.114
- Letras de Arrendamento Mercantil	273	1.118	925	248	-	2.564
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	32.922	-	32.922
Outros Passivos	29.005	8.526	-	-	-	37.531
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	258.789	258.789
Capital Social	-	-	-	-	250.000	250.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	8.789	8.789
Total em 30 de junho de 2024	105.018	519.896	305.609	236.424	258.789	1.425.736
Total em 31 de dezembro de 2023	116.677	184.720	244.901	209.384	171.221	926.903

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2024 foi de R\$ 5.068 e de 2023 no montante de R\$ (7.734) ambos sendo resultados recorrentes. Nos semestres não ocorreram resultados não recorrentes.

b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*.

c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 30 de junho de 2024, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº. 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
 - Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)
 - Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1);
 - Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1).
 - Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
 - Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e
 - Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46),
 - Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41)
 - Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
 - Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47)
- d)** Em atendimento à Resolução 4966, a Companhia elaborou um plano para sua implementação, que foi aprovado em ata de reunião da diretoria realizada em 27 de dezembro de 2022. O plano de implementação do Banco Brasileiro de Crédito S.A. está segregado em três pilares: (i) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; (ii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis; e (iii) Governança e cronograma do plano de implementação: A implementação será faseada ao longo de 2023 até o final do exercício de 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: D8B01891A95F43269CEC98E5DADBBF74	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: BCOBRASILEIROCREDITO24.JUN.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 36	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Rafael Pierocini
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	rafael.pierocini@pwc.com
	IP Address: 18.231.224.29

Record Tracking

Status: Original 28 August 2024 16:11	Holder: Rafael Pierocini rafael.pierocini@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 28 August 2024 17:09	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Daniel Marteletto
daniel.marteletto@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC Certisign RFB G5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:
Daniel Marteletto
B85C2D581A8C4CD...
Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 18.231.224.70

Timestamp

Sent: 28 August 2024 | 16:14
Viewed: 28 August 2024 | 17:07
Signed: 28 August 2024 | 17:09

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Rafael Pierocini rafael.pierocini@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 28 August 2024 17:09 Viewed: 28 August 2024 17:09 Signed: 28 August 2024 17:09
Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 August 2024 16:14
Certified Delivered	Security Checked	28 August 2024 17:07
Signing Complete	Security Checked	28 August 2024 17:09
Completed	Security Checked	28 August 2024 17:09

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------